

# Estabilidade permite reformas profundas

HÉLIO JAGUARIBE

O presidente Fernando Collor, ao assumir o poder, recebeu do governo precedente o pior legado da história moderna do Brasil. Todas as dimensões da vida



pública brasileira se encontravam em estado de gravíssima crise. A única circunstância favorável com que contava o presidente Collor, ao assumir o governo, era o generalizado reconhecimento da gravidade da crise, por parte da opinião pública, e a decorrente convicção de que algo de extremamente drástico tinha de ser feito.

Essa circunstância foi muito bem aproveitada pelo novo governo. No primeiro dia da nova administração, um conjunto de medidas provisórias e de outras iniciativas — tendo como fulcro o congelamento da quase totalidade dos ativos líquidos em poder do público, combinado com a emissão de nova moeda, desvinculada dos compromissos anteriores — desmontou a hiperinflação. Depois de cair a nível próximo de zero, a inflação se estabilizou em torno da taxa mensal de 10% e apresenta, a partir das novas medidas restritivas adotadas em junho, tendência declinante. Se forem mantidas as medidas conducentes à supressão do déficit público, à não reindexação dos salários e à contenção dos preços, através de uma política de abertura e livre concorrência, o Brasil poderá livrar-se da inflação endêmica de que há anos padecia e ingressar, a partir de 1991, numa fase de estabilidade monetária.

Acabar com a superinflação constituía — e continua constituindo — uma condição prévia absolutamente necessária para viabilizar qualquer política pública. Por mais graves que sejam os problemas sociais do país, é pura mistificação pretender dar-lhes qualquer atendimento se, previamente, não se estabilizar o valor da moeda. Essa estabilização está em vias de ser conseguida. Está na hora, por isso, de se iniciar o equacionamento da solução dos grandes problemas brasileiros: a refor-

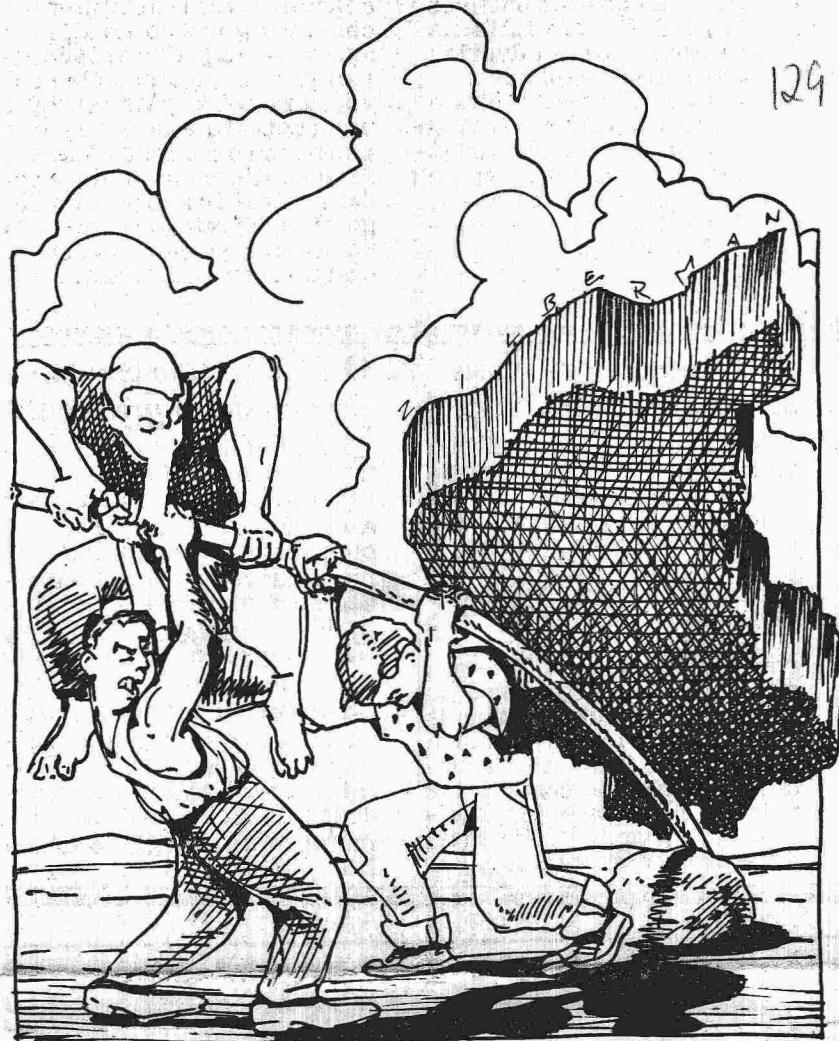
ma do sistema público, a retomada do crescimento econômico, da modernização do País e o tratamento da gigantesca questão social com que nos defrontamos.

## SERVIDÃO

A questão social brasileira apresenta, atualmente, três principais aspectos: um aspecto estrutural básico, um aspecto conjuntural econômico e um aspecto político-cartorial.

O aspecto estrutural básico é, de longe, o mais importante. Consiste no fato de o País, por razões históricas cujas raízes mergulham no instituto da servidão, ter formado, por baixo de sua unidade político-cultural, um dualismo social básico. Uma parcela minoritária da população opera uma moderna sociedade industrial, comparável à de um adiantado país ocidental. A grande maioria dos brasileiros — algo como 60% da população — permanece, entretanto, à margem dessa sociedade industrial. Esses brasileiros são remanescentes de uma miserável agricultura de subsistência e, sobretudo, formam o imenso contingente de um não menos miserável setor terciário marginal, que compõe a periferia de todas as nossas grandes cidades e constitui grande parcela da população favelada. Atualmente, 65% dos brasileiros têm uma renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo.

Mais do que extremamente pobre, essa população é extremamente deseducada. Continuamos com uma taxa de 20% de analfabetos adultos. E, o que talvez seja mais grave, menos de 10% da população a partir dos 15 anos completou os oito anos do 1º grau. Na Argentina, com um nível de industrialização inferior ao brasileiro, 70% dos adultos têm o primeiro grau completo. É absolutamente imperioso e urgente elaborar e pôr em marcha um grande programa de desenvolvimento social. Estudos recentes do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes), sumariados no livro Brasil, Reforma ou Caos, indicam, de forma objetiva e quantificada, como é possível, num prazo de 12 a 15 anos — o que historicamente é um prazo curto —, elevar o nível de vida da população brasileira a padrões equivalentes aos atualmente existentes no sul da



Europa. Isto significa, entre outras coisas, um melhor gerenciamento dos atuais serviços sociais e uma aplicação adicional da ordem de US\$ 20 bilhões por ano, pelo prazo de 12 a 15 anos. Só falta vontade política para que isto seja feito. Essa é uma das tarefas mais prioritárias com que se defronta o governo Collor.

O segundo aspecto da questão social brasileira é de caráter conjuntural e de natureza econômica. Apesar de contida e conduzida a patamares decrescentes, continua elevada a taxa mensal da inflação. Indexar salários, para enfrentar tal conjuntura, seria retroalimentar e perpetuar a inflação. Admitir reposições salariais, relativamente a padrões de períodos pregressos, seria um crime contra a sociedade, voltando a precipitá-la na hiperinflação. Mas tampouco se pode ignorar a erosão experimentada pelos salários nestes últimos meses. O corretivo compatível com o controle da inflação consiste no reajuste periódico do salário mínimo, mantendo estável seu poder aquisitivo, combinado com o princípio da livre negociação, para os demais salários.

Resta a considerar o tercei-

ro aspecto da questão: o político-cartorial. No Brasil, como na Inglaterra dos anos 70, pequenas oligarquias de políticos obreiros lograram se apoderar do controle dos sindicatos que manejam os serviços públicos: transportes urbanos, serviços de saúde, bancos, eletricidade. Formaram-se verdadeiros cartórios sindicais, cercados de privilégios e imunidades, a partir dos quais exercem seus intentos de conquista de crescentes margens de poder. E têm as grandes massas como seus reféns.

São as pessoas de mais baixos rendimentos que sofrem com as greves dos transportes públicos. A classe média usa o próprio carro. São os pobres que morrem por falta de atendimento dos hospitais públicos. A classe média tem "golden cross". Esse terceiro aspecto ostenta crescentes características de delinquência social. É preciso desmascarar o sentido oligárquico e profundamente anti-social dos cartórios sindicais. E responsabilizar legalmente, com a devida severidade, os causadores de danos à coletividade, notadamente às pessoas de mais baixos rendimentos.

□ Hélio Jaguaribe é cientista social.